



IG – INFORME DE GREVE

Brasília, 08 de DEZEMBRO de 2016.

COMANDO NACIONAL DE GREVE:

Em Brasília pela DN/FASUBRA: Angela Targino, Eurídice, Ivanilda, Jorginho, Leia, Mozarte, Neide, Rogerio Marzola, Paulo Vaz, Robertinho e Genézio.

Em Brasília pela Base (delegad@s):

SINTUFCE – Normânia, Nonato, Carlos, Fernando, Manoel; **SINTUFEJUF** – Felipe, Hitamar; **SINTESPB** – Mafaldo, Valdinez, Severina, Glaucia; **ASSUFBA** – Valmiro, Luiz; **ASUFPEL** – Francisco, Mateus; **SINTET-UFU** – Lázaro, Lourdes, Flavio, Osvaldo; **ASSUFRGS** – Carla, Rosane, Rui; **SINDIFES-BH** – Eni, Alan; **SINTUFF** – Ivonete, Leila, Nilo, Maria Thereza, Eliana, Wânia; **SINDUFLA** – Tobias; **SINTIFES-PA** – Claudia, Fátima, Kátia; **ASSUFMS** – Carlos, Ciro, Celso, Eliseu; **ASSUFOP** – Lourival, Vicente; **ASAV** – Evaristo; **SINTUFSC** – Vera, Dilton; **SINTESAM** – Ronaldo; **SINTUFRJ** – Ruy, Rubens, Antonio, Helena; **SINDITEST-PR** – Daniel; Rafael; **SINT-IFESGO** – Marcos, João Batista, Elma, Eduardo; **SINTEFUGD** – Glauber; **SINTUF-MT** – Berta, Marilene, Ewerton, Carlos.

INFORME NACIONAL

Orientações para as bases

CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS, É PRECISO RESISTIR E LUTAR

Abaixo a PEC 55/2016

Os Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação têm lutado e resistido intensamente à retirada dos seus direitos e contra a PEC 55. Durante 46 dias, um forte movimento nacional com a participação mais de 49 Universidades em Greve, avançou na unidade com o movimento estudantil, docente e trabalhadores dos IFETS, ampliando para diversos setores da sociedade organizada e entidades de Universidades da América Latina e do Caribe, solidárias à luta no Brasil contra a PEC-55 e à retirada de direitos, inclusive apresentando resoluções de conselhos superiores, à exemplo da Universidade de Buenos Aires.

O apoio às ocupações, realização de debates sobre o significado da PEC-55, pressão junto às reitorias, moções dos conselhos superiores, pressão aos parlamentares nos estados e em Brasília, entre outras ações, contribuíram com o fortalecimento do movimento grevista, culminando com a caravana nacional do dia 29 de novembro. Essa data ficará registrada na história republicana como um ato de extrema violência aos direitos civis, marcada pelo ataque do aparelho repressor do Estado a milhares de manifestantes civis, trabalhadores, estudantes, aposentados e crianças, de forma truculenta, violenta e desproporcional. Mesmo assim, os trabalhadores e o movimento estudantil resistem, ampliando as ocupações, os atos e as manifestações nas ruas, rompendo e desmistificando a contrainformação veiculada pela mídia golpista.

A PEC 55 representa o mais grave e nocivo ataque aos direitos sociais, atingindo principalmente os segmentos mais necessitados da população, inclusive os trabalhadores e os servidores públicos dos municípios, dos estados e da união, ao estabelecer, para os próximos 20 anos, um teto para o investimento

estatal limitado à despesa do ano anterior, corrigida somente pela inflação. Assim, mesmo que o Estado aumente a arrecadação e existam recursos disponíveis, não poderá aumentar os investimentos nas áreas sociais além do teto. Na prática, a medida confronta o princípio constitucional que vincula receitas para a educação e para a saúde e representa drástica diminuição de recursos para as políticas públicas em nosso país, comprometendo seu desenvolvimento e soberania.

Com o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos, a PEC 55 trará consequências sociais desastrosas, pois incidirá de forma perversa sobre as condições de vida da maioria da população brasileira, favorecendo exclusivamente os setores que mais concentram riqueza e renda – os banqueiros, as grandes empresas, os latifundiários.

O Comando Nacional de Greve (CNG), reunido em Brasília, fez um balanço positivo da Greve Nacional, demarcada pelo protagonismo dos técnico-administrativos que, mais uma vez, saíram na vanguarda da luta contra a retirada de direitos implementada pelo governo ilegítimo de Temer (PMDB). Esse protagonismo demarca a identidade histórica dos trabalhadores técnico-administrativos – que é a LUTA. A FASUBRA saiu à frente na Greve, marca característica de sua atuação nos momentos de luta e resistência e em defesa dos interesses da Categoria representada.

O setor da educação e, em particular nossa Categoria, vem se firmando como importante pólo de resistência aos inúmeros ataques do governo Temer. Nossa greve foi elemento essencial no combate à PEC-55, consolidação das ocupações estudantis e na extensão da greve a outros setores da educação pública. Nossos atos dos dias 11 e 25 de novembro e a caravana nacional no dia 29 foram mecanismos de pressão, aglutinação social e resistência. A cada ato unificado, amplia-se o acúmulo e a resistência na defesa dos direitos dos trabalhadores e contra o Pacote de Ajuste Fiscal que desmonta o estado brasileiro.

A luta apenas se inicia, constituindo-se em mais um passo para a Greve Geral contra a recessão e em defesa da Educação, da Saúde e do futuro de nossos jovens. Essa foi a mensagem das ruas e o sentimento do CNG em sua avaliação.

Violência e repressão policial para conter as lutas e o STF à serviço das elites dominantes

No dia 27 de outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu sobre a legalidade do corte de ponto para servidores públicos em greve. Diante do aumento da pressão do movimento sindical, popular e estudantil sobre os parlamentares e da intensificação das ocupações dos estudantes do ensino médio e superior, o Governo do peemedebista Temer, aliado aos setores da burguesia, aplicam medidas de contenção do avanço da resistência, precedidas de outras, como a utilização de milicianos de direita para invadir escolas e forçar, com o uso da violência, a desocupação dos locais e a intensificação de sentenças judiciais contra as importantes ações do movimento estudantil. A FASUBRA, desde o início das ocupações, tem apoiado política, financeira e juridicamente, orientando as entidades de sua base a fazerem o mesmo em cada Universidade.

Neste cenário, o STF assumiu a tarefa de restringir o direito de greve das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, independente de definição de legalidade ou não do movimento. Nossa categoria, que nunca teve ilusão com a “Justiça”, sabe que sem mobilização e luta, o próximo passo do STF será a definição de que as atividades fins de empresas públicas e privadas também podem ser terceirizadas, iniciando já a reforma trabalhista, medida que ficou suspensa de votação no Congresso por causa da pressão dos movimentos contra o PL 4330.

O STF aprovou medida que dá aos órgãos públicos o direito de descontar das servidoras e dos servidores os dias parados decorrentes da participação em movimentos de greve. O Plenário do Supremo concluiu naquela sessão o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 693456. A decisão, que discute a constitucionalidade do desconto dos dias paradas em razão de greve, será válida para todas as categorias do serviço público, em todas as esferas e níveis, a partir da publicação do Acórdão do Supremo. Essa arbitrariedade cometida contra a livre organização do movimento, que não possui o direito à negociação coletiva e data base, é um ataque sem precedentes na história, colocando os servidores públicos numa situação de refém de governos.

O CNG avaliou que cabe recurso da decisão do STF para lutar contra o corte de nossos salários. Por isso o CNG contactou os gestores das IES para fazer valer a autonomia e a democracia nas instituições. Além disso, o Plenário do STF admitiu a possibilidade de compensação dos dias parados mediante acordo. O Supremo decidiu, também, que o desconto não poderá ser feito caso o movimento grevista tenha sido “motivado por conduta ilícita do próprio Poder Público”, como por exemplo atrasos de salários e descumprimento de acordos e o não cumprimento da revisão salarial anual prevista na Constituição Federal.

Nesse momento importante da nossa luta, já vitoriosa pela demonstração da capacidade de resistência, cabe resgatar os dois eixos centrais que motivaram a Greve Nacional: a luta contra a PEC 55/16 e o cumprimento integral do acordo de greve.

O **acordo de greve**, assinado em 2015 entre a FASUBRA e o Estado brasileiro, foi reconhecido pela representação do próprio Governo de **que não foi cumprido na sua íntegra**, ficando pendente em vários pontos, tendo o MEC solicitado 30 dias para responder a pauta, porém sem ter dado nenhum retorno, tampouco respondendo aos vários ofícios posteriormente protocolados.

O alcance dos efeitos da decisão do STF ainda está em análise por diversas assessorias jurídicas de servidores públicos, pois os recursos e a publicação de acórdão ainda não ocorreram. A linha defendida é a que invoca a autonomia universitária. Como o Governo não pode obrigar os gestores a cumprirem uma decisão que sequer foi publicada, o CNG corretamente orientou os trabalhadores que intensificassem o diálogo dentro das IFES, buscando apoio ao movimento paredista e à luta contra a PEC 55/2016, aprovando notas e moções dos conselhos superiores em apoio à luta que desenvolvemos. Até a presente data 47 Universidades haviam aprovado em seus conselhos Moções contra a PEC 55 e de apoio à Greve dos Técnico-Administrativos.

O STF se politizou e agora tem lado, colocando em xeque o respeito a essa instituição, que abdicou da neutralidade da justiça. Diante da crise instalada pela existência de um réu na linha sucessória, quando um ministro do STF afasta Renan (e com isso coloca em risco a sequência do calendário de tramitação da PEC), observa-se uma situação insólita, com o processo de negociação de poderes entre STF e Senado; a blindagem de Renan dentro do Senado, a partir do documento assinado pelos integrantes da mesa diretora da Casa; e a alteração inédita feita pelo STF, que alterou as atribuições do cargo de Presidente do Senado, na prática retirando a atribuição de integrar a linha sucessória da presidência da república. Assim Renan continua na presidência, e o calendário de tramitação da PEC também está mantido.

IES necessitam manter a unidade contra o desmonte da saúde e educação

Em movimento paralelo, a FASUBRA esteve com a Andifes nesta semana, expondo a necessidade de prevalecer a autonomia universitária e a unidade entre movimento sindical e reitores na defesa das instituições universitárias e contra a PEC 55, evitando-se retaliações a esse movimento de greve que ocorre paralelo à tramitação da PEC 55 no Senado.

O movimento grevista tem buscado evitar uma pulverização de decisões dos gestores, pois é factível que o apoio à luta contra a PEC seja mantido, bem como a reposição do serviço represado se dê ao final do movimento, como contrapartida à manutenção da frequência da categoria. Reafirmou-se, junto aos reitores, a manutenção do compromisso com o serviço público, garantindo o cumprimento dos calendários acadêmicos que venham a ser redefinidos ao final do movimento.

Reiteramos nossa disposição ao diálogo com todas as administrações universitárias, no sentido de prevalecer o interesse realmente público, a defesa do orçamento e do caráter público da saúde e educação e as condições para o desenvolvimento do movimento grevista.

Assegurar a continuidade da luta, os atos seguintes de nossa greve, organizar o recuo tático e avançar nas lutas em 2017

A greve nacional dos técnico-administrativos, deflagrada nacionalmente no dia 24 de outubro, teve um caráter diferenciado, marcada para ocorrer por tempo determinado, no período de tramitação, da PEC 55 no Senado, até o seu término, previsto para ocorrer no dia 13 de dezembro.

O movimento tensionou a conjuntura naquilo que foi possível, apoiada na onda de ocupações, que reforçaram a resistência à tramitação da PEC. A manifestação do dia 29 de novembro, em que pese a selvageria do tratamento dado aos manifestantes pela PM, mostrou que ainda existe capacidade de reagir aos ataques que a burguesia impõe para manter o serviço de pagamento dos juros da dívida.

A proximidade da votação final da PEC, o recuo momentâneo no processo de ocupações estudantis e a nova onda de ataques que o Governo Temer prepara para o conjunto da classe desafia os trabalhadores a planejar os próximos embates, aproveitando as experiências vividas. Para barrar a PEC, as reformas do ensino médio, da previdência e trabalhistas faz-se necessário que outros setores do movimento sindical também busquem protagonismo nessa luta.

A centralidade da resistência à PEC 55 ficou no âmbito da educação federal, sem que as centrais sindicais promovessem uma maior inserção na classe; ou que os movimentos sociais entrassem a fundo nesse enfrentamento. Isso limitou as possibilidades de derrotar Temer e seu projeto, mas cumprimos um papel importante ao abrir o debate junto à sociedade sobre a nocividade dessa PEC e seus impactos para o desenvolvimento e a soberania do País.

A Reforma da Previdência será o grande embate de 2017, pois ela é a porta para a reforma trabalhista, em que direitos históricos dos trabalhadores serão atacados. O pacote de maldades não para por aí. O governo foi muito além do que os jornais vinham especulando. Colocar 49 anos de contribuição como condicionante para chegar ao teto da aposentadoria, no limite do INSS (em torno de 5.900 reais), afronta as condições de aposentadoria. Retira todos os direitos do funcionalismo, que perde a integralidade e a paridade, o abono permanência, as aposentadorias especiais de algumas categorias profissionais, a limitação de pensões em apenas 50% do valor mais 10% por dependente, a diferença de idade entre homens e mulheres que aumenta de 11% para 14% o desconto para a previdência. E, por tabela, ainda desconstrói a carreira (PCCTAE) pois as progressões e incentivos à qualificação dificilmente serão carregados na aposentadoria, pois ultrapassarão o valor imposto pelo teto. Isto caso o trabalhador consiga aposentar, pois, por exemplo, quem começou a trabalhar com 21 anos, teria de trabalhar até os 70 anos (49 de contribuição) para poder reivindicar o teto do INSS.

A RESISTÊNCIA CONTINUA: COMBATER OS ATAQUES COM A UNIDADE DA ESQUERDA.

Nesse cenário, é necessário darmos demonstração de nossa mobilização com **atos fortes por todo o país na próxima semana, no dia 13 de dezembro, em especial nas capitais.** Depois do grande ato que ocupou Brasília, as entidades dos trabalhadores definiram pela realização de atividades nos estados para manter a visibilidade à luta contra a aprovação da PEC 55. Portanto, o Comando de Greve da FASUBRA Sindical indica o fortalecimento da nossa ação, nesse momento estratégico da luta:

DIA 29 DE NOVEMBRO OCUPAMOS BRASÍLIA E DIA 13 DE DEZEMBRO VAMOS OCUPAR O BRASIL.

Para termos clareza do momento da Greve é necessário avaliarmos 03 cenários:

- a) a PEC é aprovada,**
- b) a PEC fica para 2017, e**
- c) a PEC é rejeitada ou arquivada.**

Independente do resultado desses cenários, a categoria deve incorporar em sua análise que a Greve Nacional da FASUBRA cumpriu com seu papel, pois ousou confrontar o poder do governo e teve respaldo importante de vários setores, tal como a ANDIFES. Em todo enfrentamento há o momento de recuo estratégico, para reorganizar as ações, acumulando forças para os próximos embates. Em todos cenários acima apontados, o momento conjuntural impõem a necessidade de acumular forças para 2017.

Diante do exposto, o CNG orienta **O RETORNO AO TRABALHO no próximo dia 15 de dezembro (quinta-feira), mantendo o ESTADO DE GREVE.** Tal medida visa preservar o patrimônio político e organizativo conquistado na luta histórica da FASUBRA, evitando retaliações ao movimento que dificultem a retomada do protagonismo da categoria no necessário enfrentamento em 2017. Ainda, o **Estado de Greve é essencial para organizarmos o enfrentamento à Reforma da Previdência, articulado à necessária luta para que na Lei orçamentária do próximo ano seja garantida previsão de revisão salarial para 2018, assim como a exigência de cumprimento integral do nosso Acordo de Greve de 2015.**

Assim, a Categoria deve avaliar a suspensão do movimento não como o recuo da luta, e sim como uma estratégia de fortalecimento, pois novos embates virão num futuro próximo, com a ampliação dos ataques aos direitos dos trabalhadores.

Para dar consequência a essa política, orientamos:

- Rodada de assembleias até o próximo dia 13;**
- Retorno das posições das AG's de base, no máximo até as 12h00 do dia 14, para que o CNG possa dar encaminhamento dos resultados no dia 14 e divulgá-los nacionalmente.**
- Realização de atos fortes nas capitais de todos os estados no dia 13 de dezembro, na ação conjunta do movimento #OcupaBrasil**
- Observação:** não há indicação de caravanas à Brasília. Na Capital Federal, será realizado ato local, com a participação de entidades do seu entorno e outras que porventura vierem.

PLANO DE REPOSIÇÃO DO SERVIÇO REPRESADO

Para a definição do calendário de reposição de atividades, deverão ser contactadas as administrações das IES para definir **plano de reposição do serviço represado**, para normalizar o mais breve possível as demandas e calendários acadêmicos.

LUTAR E RESISTIR, SEMPRE!

O retorno aos trabalhos, de forma organizada e unificada, se dá também em articulação com os demais setores em luta, pois manteremos nossa **solidariedade e apoio às ocupações estudantis, assegurando também o prosseguimento dos Fóruns Estaduais do Funcionalismo e da Educação**, com apoio às lutas e greves.

O CNG – FASUBRA reforça a necessidade da construção de ações unificadas com as entidades da educação, com as Frentes Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, Frente de Esquerda Socialista e Movimento Estudantil, planejando as próximas ações, acumulando forças e resistência para as lutas em defesa dos direitos.

Os movimentos de Greve na área de educação, as ocupações estudantis e as denúncias à PEC 55/2016 têm encontrado eco junto à sociedade, que começa a perceber a extensão das perdas, o que certamente impacta o atual governo, que precisa urgentemente emplacar seu discurso e suas ações de retirada de direitos, dos investimentos e os cortes sociais.

Quem está com medo de nossa ação são os que querem as reformas que só trazem prejuízo à maioria da população, e por isto usam informações manipuladas e meias verdades, ao dizer que a culpa dos problemas do país são os gastos públicos em educação, saúde, previdência, infraestrutura, segurança e manutenção de servidores. Os movimentos sociais contestam esse discurso, pois sabemos que despesas com educação e saúde não são gastos. São investimentos!

O governo não apresenta sequer alternativas ao ataque aos trabalhadores e ampliação de receitas, tais como o cerco aos sonegadores de impostos e um rígido controle fiscal; a taxação das grandes fortunas; a suspensão do pagamento de juros abusivos no mercado financeiro, que aumenta a dívida pública, dentre outros.

O CNG – FASUBRA, com seu exemplo de luta e de resistência, espera ter demonstrado ao conjunto dos trabalhadores e das centrais a necessidade da construção da Unidade para o enfrentamento aos ataques que visam acabar com os direitos dos trabalhadores. Aos ataques que buscam acabar com todos os direitos sociais, os trabalhadores responderão com UNIDADE E LUTA.

FASUBRA NA LUTA CONTRA O DESMONTE DOS DIREITOS DO POVO BRASILEIRO A LUTA CONTINUA CONTRA A PEC 55 CONTRA AS REFORMAS EDUCACIONAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA FORA TEMER!!!

QUADRO NACIONAL DE GREVE

**RESPOSTAS DAS ENTIDADES FILIADAS À FASUBRA EM RELAÇÃO À
DEFLAGRAÇÃO DA GREVE DA FASUBRA**

REGIÃO	JÁ EM GREVE				OUTRA DATA	Entidades que ainda não definiram
	UNIVERSIDADE	ENTIDADE	Sim	Não		
NORTE	UFPA	SINDTIFES-PA	X			
	UFRA	SINDTIFES-PA	X			
	UFOPA	SINDTIFES-PA	X			
	UNIFEPPA	SINDTIFES-PA	X			
	UFAM	SINTESAM	X			

	UFAC	SINTEST-AC	X			
	UNIR	SINTUNIR	X			
	UNIFAP	SINSTAUFAP				
	UFRR					
	UFT	SINTAD-TO				
NORDESTE	UFPI	SINTUFPI	X			
	UFMA	SINTEMA		X		
	UFC	SINTUFCE	X			
	UFCA	SINTUFCE	X			
	UNILAB	SINTUFCE	X			
	UFRN	SINTEST-RN	X			
	UFERSA	SINTEST-RN		X		
	UFPB	SINTESPB	X			
	UFCG	SINTESPB		X		
	UNIVASF					
	UFRPE	SINTUFEPE seção Rural	X			
	UFPE	SINTUFEPE seção Federal	X			
	UFAL	SINTUFAL	X			
	UFS	SINTUFS		X		
	UFBA	ASSUFBA	X			
	UFRB	ASSUFBA	X			
	UFOBA	ASSUFBA	X			
	UFSB	ASSUFBA	X			
	UFMT	SINTUF-MT	X			
CENTRO OESTE	UFGD	SINTEF	X			
	UFMS	SISTA-MS		X		
	UFG	SINTIFESgo	X			
	IFG	SINTIFESgo	X			
	IF Goiano	SINTIFESgo	X			
	UnB	SINTFUB	X			
	UFES	SINTUFES	X			
SUDESTE	UFF	SINTUFF	X			
	UFRJ	SINTUFRJ	X			
	UNIRIO	ASUNIRIO		X		
	UFRRJ	SINTUR-RJ	X			
	UNIFESP	SINTUNIFESP		X		
	UFSCAR	SINTUFSCAR	X			
	UFABC	SinTUFABC		X		
	UNICAMP	STU				
	CETPS	SINTEPS				
	UFMG	SINDIFES	X			
	UFVJM	SINDIFES	X			
	CEFET	SINDIFES	X			
	IFMG	SINDIFES	X			
	UFSJ	SINDS-UFSJ	X			
	UFJF	SINTUFEJUF	X			
	UFLA	SINDUFLA	X			
	UNIFAL	SINTUNIFAL	X			
	UFV	ASAV	X			
	UFOP	SIND.ASSUFOP	X			
	UFU	SINTET-UFU	X			
	UFTM	SINTE-MED	X			
	UNIFEI	SINTUNIFEI				
	UERJ	SINTUPERJ				
S U L	UFPR	SINDITEST-PR	X			
	UFTPR	SINDITEST-PR	X			

	UNILA	SINDITEST-PR	X			
	IFPR	Sindedutec				
	UFFS	SINDTAE	X			
	UFSC	SINTUFSC	X			
	UFRGS	ASSUFRGS	X			
	UFCSPA	ASSUFRGS	X			
	FURG	APTAFURG	X			
	UFMS	ASSUFMS	X			
	UFPEL	ASUPEL	X			
	UNIPAMPA	SINDIPAMPA				

OBS: INFORMAMOS QUE SÓ REGISTRAMOS NO QUADRO, AS INFORMAÇÕES OFICIAIS ENVIADAS PELAS ENTIDADES DE BASE VIA EMAIL CONFORME ORIENTAÇÃO DO INFORME DE DIREÇÃO Nº 3 de 13 de Outubro de 2016.

- 53 IPES (Instituição Pública de Ensino Superior) em GREVE.
- 08 IPES (Instituição Pública de Ensino Superior) não aprovaram greve.

ENVIAR INFORMES EXCLUSIVAMENTE PARA:
cngfasubra@fasubra.org.br

ORIENTAÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DO CNG

Considerando as incumbências específicas da Secretaria e a dificuldade de implementação de tarefas, quando há trânsito intenso de pessoas neste local, segue abaixo encaminhamentos que visam agilizar a execução das atividades, para conhecimento:

1. A Secretaria do CNG é local de acesso restrito aos delegad@s que a compõem;
2. São de uso exclusivo os computadores, telefone e fax que estão na secretaria;
3. A Secretaria funcionará das 9h às 12h e das 14h às 17h;
4. Quando houver reunião/ação do Comando Nacional de Greve (CNG), a Secretaria ficará fechada;
5. A composição da Secretaria dar-se-á da seguinte forma: 02 delegad@s indicad@s por cada força política, totalizando 10 integrantes, organizad@s em 05 delegad@s em cada turno;
6. Os e-mails não serão assinados pelos integrantes, ficando sob-responsabilidade da Secretaria.

CREDENCIAMENTO D@S DELEGAD@S

DA CONSTITUIÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DO SETOR DAS FEDERAIS

1. @ DELEGAD@ AO CNG TERÁ QUE SER ELEIT@ EM ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA OU PELO COMANDO LOCAL DE GREVE - CLG;
2. NA ELEIÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DO CNG NÃO SERÃO CONSIDERAD@S @S DELEGAD@S DA DIREÇÃO;
3. @ DELEGAD@ PRECISA SER ELEIT@ RESPEITANDO-SE O PRECEITO ESTATUTÁRIO DA PROPORCIONALIDADE (ART. 84 DO ESTATUTO);
4. NO CREDENCIAMENTO D@(S) DELEGAD@(S) ELEIT@(S) SERÁ EXIGIDO DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL DA ENTIDADE COM A INDICAÇÃO D@(S) DELEGAD@(S) ELEIT@(S);

Artigo 84 - O Comando Nacional de Greve do Setor das Federais será constituído pela Direção Nacional da FASUBRA Sindical e por delegad@s das entidades de base filiadas, em greve, obedecendo à proporção indicada no Estatuto da Federação, no capítulo da eleição de delegad@s de base definida para a Plenária Nacional do Setor da FASUBRA Sindical, sem a figura do delegado de direção.

Orientações para Credenciamento de Delegad@s na Secretaria do CNG

1. @(s) delegad@(s) eleit@(s) para participar(em) do Comando Nacional de Greve-CNG deve(m) dirigir-se à CONTABILIDADE da FASUBRA (Sr. Álvaro) e solicitar documento de comprovação de quitação da mensalidade de fundo de greve.

2. De posse do documento de comprovação de quitação, dirigir-se à secretária do CNG munido dos seguintes documentos:

- Cópia da ata da assembleia geral que elegeu @s) delegad@s) e cópia da lista de presença da referida assembleia;
- Quando @s) delegad@s) for(em) eleit@s) pelo comando local de greve, apresentar cópia da ata da assembleia que o autorizou a fazê-lo, em documento oficial da entidade com a indicação da(s) mesma(s);
- Documento de comprovação de quitação da mensalidade e fundo de greve.

3. Na substituição de delegad@s) por outros da mesma base, será exigido o crachá d@s) antig@s) delegad@s) para o credenciamento dos novos delegados.

➤ Fone/Fax: 61-3349.7157

➤ E-mail: cngfasubra@fasubra.org.br

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES 2016	
DEZEMBRO	
06	Reunião ANDIFES
06	Reunião FONASEFE
07	Reunião Ordinária do FENTAS
07	MARCHA EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA
08 e 09	289ª RO do CNS
12 a 13	<u>NUEVAS FECHAS:</u> REUNIÓN DE LA UNIDAD DE TRABAJO SOBRE SERVICIOS DE SALUD, 12 A 13 DE DICIEMBRE DE 2016, GINEBRA
19	Aniversario da Fundação da FASUBRA– 38 anos



Caixa Postal 10818 – Asa Sul – Brasília, DF. Fones: +55 (61) 3349-9151 / 3349.1772 / 3349.4420 / 3349.4811
E-mail: fasubra@fasubra.org.br Portal: www.fasubra.org.br